

A Imigração Alemã no Rio Grande do Sul

© **Rodrigo Trespach**

texto extraído do livro

Passageiros no Kranich, de 2007.

A Alemanha do início do século 19 era composta por mais de uma centena de estados dos mais diferentes tamanhos. As últimas alterações eram decorrência do Congresso de Viena (1815) que havia remodelado a Europa de acordo com as potências vencedoras de Napoleão: a Áustria, a Rússia e a ainda não tão poderosa Prússia que iria deflagrar em pouco tempo um processo político que levaria a unificação da Alemanha. Assim após essa data instituiu-se uma confederação, que substituiria o antigo Sacro Império Romano-Germânico da Nação Alemã (*Heiliges Römisches Reich Deutscher Nation*): a Confederação Alemã (*Deutsche Bund*).

Da Confederação Alemã faziam parte além da Áustria, maior, e até a ascensão da Prússia, mais poderoso estado de língua alemã na Europa, presidente da Confederação, o próprio reino da Prússia, que depois como já dissemos lideraria contra a Áustria uma guerra que resultaria na unificação dos estados alemães, a Baviera, Württemberg, Hannover (que por questões de herança estava sob o domínio inglês), e a Saxônia. Os grão-ducados de Mecklemburg-Schwering-Strelitz, Oldenburg, Hessen-Darmstadt, Saxe-Weimar, Baden e Luxemburgo. O eleitorado de Hessen-Kassel. Os Ducados de Brunswick, Nassau, Anhalt-Dessau, Bernburg, Gothen, Saxe-Coburg-Gotha, Meiningen, Hildburghausen e Holstein (sob o domínio da Dinamarca). Havia ainda as cidades-livres (ou hanseáticas) de Frankfurt do Meno (encravado dentro do território do Grão-Ducado de Hessen), Bremen e Hamburgo (cidades portuárias e principais responsáveis pelo embarque de emigrantes ao Brasil), e Lübeck. Não mencionamos aqui os vários pequenos principados que estavam, quase todos, localizados no atual território do estado alemão da Turíngia, que, aliás, é sempre utilizado como demonstrativo da pouca unidade alemã ao longo de sua história. São 35 Estados e quatro cidades-livres em sua maioria com dialeto próprio, leis e características culturais totalmente diferentes. Esse novo Estado era administrado pelo Bundestag, assembleia dos representantes dos diversos estados, com sede em Frankfurt do Meno.

Em 1806 com a queda do Sacro Império Romano-Germânico da Nação Alemã e a decisão do Imperador Francisco II de assumir o trono da Áustria os territórios do sul da Alemanha aliaram-se a França Napoleônica. O então Ducado de Hessen-Darmstadt foi promovido a Grão-Ducado e o Grão-Duque juntou-se a Confederação do Reno (*Rheinbund*). A Confederação do Reno passou a ser presidida por Karl Theodor Freiherr von Dalberg, Príncipe-Arcebispo de Mainz e, a partir de 1810, Grão-Duque de Frankfurt. Como o novo reino era um “estado satélite” da França von Dalberg evitou a etiqueta “alemão” e ficou conhecido por patriotas alemães como o “Traidor do Reno”.

Muitas reformas ocorreram em 1807 e em 1808. O território expandiu-se anexando estados ao norte e a leste. Mas o custo da aliança com a França foi pesado. Como as campanhas militares de Napoleão almejavam até a longínqua Rússia, os estados que faziam parte do Rheinbund foram obrigados a fornecer tropas ao imperador francês, coisa até então inédita para o estado de Hessen-Darmstadt que durante séculos evitara fornecer soldados, na verdade, mercenários, a outras nações européias. O Principado Eleitoral de Hessen-Kassel e o Ducado de Hessen-Nassau já há muito emprestavam mercenários a outros reinos da Europa em especial ao rei inglês. O Grande Eleitor de Hessen-Kassel, por exemplo, vendeu seus agricultores como soldados aos ingleses para engrossar as tropas do Rei Jorge II, na luta contra a independência dos Estados Unidos, por 31 Libras o soldado. Da mesma forma, sem um exército regular em Hessen-Darmstadt para emprestar à Napoleão, o Grão-Duque enviou seus camponeses a luta. Além do material humano o território foi o mais devastado pelo conflito das forças em combate. Lavouras destruídas e os rebanhos mortos, ou roubados, para alimentar as tropas em combate só aumentaram as dificuldades econômicas que o estado enfrentava desde 1772, quando o Chanceler Friedrich Karl von Moser salvara o Hessen da falência.

Em 1813 Napoleão foi derrotado e a Guerra de Libertação (“Freiheitskrieg”) chegara ao fim. O Congresso de Viena em 1815 confirmou a legitimidade do Grão-Ducado de Hessen-Darmstadt, mas obrigou-o a ceder o Ducado de Vestfália, anteriormente pertencente à Colônia, a Prússia. Em troca recebeu a província de Rheinhessen, com a cidade de Mainz (1816). Em 1819 o Grão-Ducado contava uma população de 643.821 habitantes, um ano depois o estado adotaria uma Constituição.

Movimentos emigratórios

Embora a guerra tivesse terminado, isto, no entanto, em nada mudou as péssimas condições que a Alemanha passava tanto nas cidades como no campo. No campo sucessivas divisões hereditárias haviam tornado as propriedades em frações de terras muito reduzidas. A contínua exploração de frações de terras tão diminutas tornaram-nas pouco produtivas. Mas de nada resolvia o abandono do campo pelos camponeses, pois estes não encontravam emprego nas cidades. A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século anterior, provocou profundas alterações na estrutura sócio-econômica da Europa pós Napoleão, criando novas profissões, para as quais o camponês não tinha qualificação. A industrialização trouxe efeitos negativos também para os artesãos. Até o advento da máquina, alfaiates, tecelões, ferreiros, carpinteiros, e outros profissionais tinham seu trabalho valorizado, no momento em que uma única máquina passou a produzir o que várias dezenas de pessoas faziam, a competição levou-os à ruína. Restou então a essa parcela da população apenas uma alternativa: a emigração. A região mais afetada pela guerra e pela reestruturação socioeconômica, a região fronteira à França, hoje atuais estados da Renânia Palatinado, Renânia Vestfália, Hessen e Sarre, é a origem de cerca de 50% dos imigrantes alemães que vieram para o Rio Grande do Sul.

O “Freizügigkeit” em Hessen (-Darmstadt)

O Estado alemão de Hessen foi o primeiro Estado de língua alemã a enviar emigrantes para o Brasil. Também foi o que mais enviou colonos para o nosso país durante o primeiro período da imigração entre 1824 e 1830. Já dissemos que o Hessen, junto com o Palatinado e o Sarre, foi a região que mais sofreu com as conseqüências da guerra napoleônica. Já sabemos também que a Alemanha do século 19 ainda não era um país unificado com leis orgânicas comuns a toda a nação, seus territórios independentes entre si adotavam leis próprias de acordo com a cultura local. Assim, cada um desses “países” alemães tinha um posicionamento diferente quanto ao direito de seus cidadãos. Apenas quatro desses países reconheciam o direito dos cidadãos de ir e vir (o “Freizügigkeit”), ou seja, a liberdade de escolher onde se estabelecer sem a necessidade da permissão do suserano o que perdurava desde a Idade Média. Baden, Württemberg, Prússia e o último antes do período imigratório para o Brasil, Hessen, que havia reconhecido esse direito na mesma época em que formulara sua primeira constituição, em 1820-1821.

A destruição causada pela guerra e a recente liberdade adquirida fizeram com que os súditos do Grão-Duque emigrassem em grande número para o Brasil o que já vinha ocorrendo a alguns anos de forma mascarada para os Estados Unidos. O governo de Hessen inicialmente alheio a emigração mudou de opinião quando o índice de emigrantes atingiu um volume expressivo de seus habitantes entre os anos de 1824 e 1825. Em sete de janeiro de 1826 o diplomata brasileiro na Europa Telles da Silva comunicava ao Rio de Janeiro que a emigração de Hessen para o Brasil estava proibida. Tentativas de aproximar o governo brasileiro e o de Hessen para regulamentar a emigração foram tentadas, principalmente pelo Barão von Gagern, mas acabaram assim com a emigração para o Brasil (em um primeiro período) em 1831 com abdicação de D. Pedro I.

O Brasil no início do século 19

Em 1808 a família real portuguesa fugiu para o Brasil para escapar da invasão das tropas napoleônicas que invadiam Portugal que se negara, em apoio à Inglaterra, a continuar com o Bloqueio Continental imposto a todos

os países europeus pelo imperador francês. Sete anos depois com a derrota de Napoleão na célebre batalha de Waterloo, em junho de 1815, nada mais impedia o regresso de D. João VI (1767-1826) a Portugal, o que efetivamente ocorreu em 24 de abril de 1821. Com o retorno da família real, entenderam as autoridades portuguesas que o Brasil deveria retornar a simples condição de colônia, fato que já deixara de ser desde que este fora incorporado ao Reino Unido de Portugal e Algarves. As divergências acabaram por colocar D. Pedro (1798-1834) contra o pai, e rei português, D. João VI, proclamando assim a independência no dia sete de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo. Esta proclamação, no entanto, encontrou oposições no país por parte das autoridades portuguesas que se mantinham fiéis à Portugal. Era preciso então formar um novo exército para garantir militarmente a independência do novo país. Mas não havia soldados suficientemente preparados no país. Era necessário trazê-los do exterior. Formaram-se então os Batalhões de Estrangeiros formados por soldados angariados na Europa que buscavam no Brasil melhores condições de vida do que no velho continente. Os Batalhões de Estrangeiros foram criados por decreto imperial em outubro de 1824.

Além de soldados também necessitava o país de colonos que viessem para desenvolver o precário sistema colonial brasileiro. Por influência de D. Leopoldina, Arquiduquesa da Áustria, com quem D. Pedro se casara em 1817, decidiu-se trazer não só soldados mas também colonos das regiões de língua alemã na Europa. A Arquiduquesa Leopoldina von Habsburg, Maria Josefa Carolina de Habsburg (1797-1826), era a terceira filha do Imperador Francisco I da Áustria e ao mesmo tempo Francisco II do Sacro Império Romano-Germânico. Criada em Viena, centro cultural do mundo da época, desfrutara de excelente educação. Antes de emigrar para o Brasil, aprendeu português e informou-se sobre a economia do país. Também era conhecedora da história e da geografia do Brasil. A Arquiduquesa Leopoldina trouxe consigo uma comitiva constituída principalmente por pesquisadores, cientistas, peritos e artistas alemães. Estas pessoas exerceram influência fundamental na formação intelectual da jovem nação brasileira. Com eles vieram também soldados, agricultores, comerciantes e empresários de países de língua alemã. Ficou conhecida como “a mãe da imigração alemã”.

Colônias alemãs no Brasil anteriores as colônias alemãs no R.G.S.

Tentativas isoladas da implantação de colônias alemãs no Brasil já haviam ocorrido anos antes da Independência e da atuação do Major Schaeffer. O naturalista Georg Wilhelm Freyreiss fundou, em 1818, uma pequena colônia no sul da Bahia a qual batizou de Leopoldina. Quase na mesma época, em 1819, suíços fundaram Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Outro caso, sem o sucesso esperado, foi a colônia fundada por Peter Weyll e Sauerracker em Ilhéus, também na Bahia, onde estabeleceram 161 alemães em 1822. Talvez o último caso de tentativa isolada de implantação de uma colônia alemã no Brasil coube ao Barão, e famoso naturalista, alemão Georg Heinrich Langsdorff. Todas essas tentativas, porém, redundaram, com exceção de Nova Friburgo, num completo fracasso.

Von Schaeffer, o agente brasileiro da imigração

Os colonos, e principalmente soldados, de que D. Pedro necessitava estavam a disposição na Europa. E para lá o governo brasileiro enviou o Major Jorge von Schaeffer. A ele coube a missão de angariar colonos e engajar soldados alemães para os Batalhões de Estrangeiros do Brasil. Johann Georg Anton Aloysius Schaeffer nasceu em sete de janeiro de 1779 em Munnerstadt na Francônia, hoje Baviera. Estudou farmacologia em Würzburg exercendo o ofício depois no Palatinado, na Hungria e na Galícia. Casou em 1804 e tornou-se doutor em medicina em 1808. Emigrou para a Rússia no mesmo ano onde recebeu do Czar o título de Barão acrescentando o von ao nome. Após uma viagem marítima pelo mundo chegou ao Brasil em 1818 onde granjeou e conseguiu a amizade da, então, Princesa Leopoldina que lhe abriu as portas da Corte. Retornou a Europa de onde veio em 1821 com quatro famílias alemãs para fundar a colônia de Frankental, no sul da Bahia com terras concedidas por D. João VI. No ano seguinte foi chamado a Corte para servir de secretário, não oficial, da Princesa Leopoldina. Missão: partir para Europa e angariar soldados para garantir a independência brasileira que

se avizinhasse. Embarcou a primeiro de setembro de 1822. Na Alemanha iniciou uma série de viagens aos diversos reinos alemães na busca de soldados e colonos. Após a Independência e de posse de uma procuração que o nomeava “Agent d’Affaires Politiques” (agente de afazeres políticos) do Brasil, Schaeffer encontrou inicialmente grandes dificuldades em contratar soldados na Alemanha.

A exportação de soldados era terminantemente proibida, desde o Congresso de Viena em 1815. As grandes nações européias, Prússia, Inglaterra, Áustria e Rússia, estavam preocupadas na reorganização da Europa após a queda de Napoleão e viam com maus olhos a arrecadação de soldados, principalmente em países sul-americanos ainda colônias de países europeus. D. Pedro I ainda não havia conseguido o reconhecimento da independência do Brasil e era visto pela Europa como um rebelde. Para não chamar a atenção das autoridades Schaeffer embarcava soldados disfarçados entre as famílias de colonos.

Só recentemente se reconheceu o valor do trabalho de Schaeffer para o Brasil. Pesquisadores como Hunsche, Oberacker e Saldanha Lemos levantaram farto material sobre a política praticada pelo império brasileiro a esse respeito. D. Pedro I nunca reconheceu as dificuldades encontradas por Schaeffer na angariação de seus preciosos soldados. Atuando na clandestinidade e sem um verdadeiro apoio político necessário para a tarefa da qual fora incumbido Schaeffer passou por muitos apuros e até a pouco era referido nos livros de história como um aventureiro espertalhão que visava lucro à custa do Brasil. Schaeffer faleceu provavelmente em 1836.

A atuação de Schaeffer e de Kretzschmar no Hessen-Darmstadt

Schaeffer montou uma rede de subagentes espalhados pela Alemanha afim de angariar colonos, e soldados, para a emigração. Como a emigração para a América do Norte já era comum e vinha ocorrendo em grande quantidade bastou que o “Agent d’Affaires Politiques” de D. Pedro I utiliza-se do conhecimento e da disponibilidade desses agentes para ver facilitada sua ação. Johann Wenzeslau Neumann, Joachim David Hinsch e Johann C. Müller trabalhavam em Hamburgo, Luiz F. Kalmann em Bremen e o Dr. Jacob Kretzschmar em Frankfurt.

O Dr. Jacob Kretzschmar (1786-1845), ou Cretzschmar em alguns documentos, era médico, professor de ciências naturais, escritor, membro de diversas sociedades científicas alemãs e como Schaeffer também ligado a maçonaria. Segundo Oberacker foi o verdadeiro fundador da Senckenbergische Naturforschende Gesellschaft da qual um dos sócios correspondentes era Goethe.

Kretzschmar foi nomeado por Schaeffer, em meados de 1823, agente com autorização de poder conceder certificados de recepção, necessário para que os colonos, e os soldados, recebessem autorização para deixar suas pátrias. Com essa autorização e sua experiência na política emigratória, conseguiu a primeira leva de imigrantes para o Brasil, saída de Amsterdã, na Holanda, com o transatlântico Argus, já em julho de 1823. Mas, como já dissemos, a emigração não era coisa bem vista na Europa nessa época e os governos do Hessen-Darmstadt, de Baden, Württemberg e outros logo começaram a protestar contra o “agitador” (Schaeffer). Este também sofreu todo o tipo de acusações. O “aventureiro internacional” e seus agentes estavam promovendo um “movimento assustador” segundo as autoridades de Hessen. Falou-se até em que o fato era equivalente a o “tráfico de escravos”.

O Hessen-Darmstadt tentou de todas as formas coibir a emigração, jornais, prefeitos e até a polícia foram utilizados na tentativa de impedir que um grande número de habitantes deixasse o Grão-Ducado. Não havendo mais nada a fazer que impedisse a população de emigrar o Grão-Ducado então proibiu definitivamente a emigração em sete de janeiro de 1826. Três meses depois, em 10 de abril, o estado alemão reconheceu o Brasil como um país independente.

Os privilégios concedidos aos imigrantes alemães pelo Governo Brasileiro

Schaeffer levava ao conhecimento dos colonos, e soldados, alemães propostas atraentes financiadas pelo governo brasileiro. Hunsche no seu O ano de 1826, páginas 76 a 82, nos apresenta um documento até então inédito (o livro é de 1977) sobre as “condições pelas quaes Sua Majestade D. Pedro I Imperador e Defensor Perpetuo do Brazil, Ha por bem de mandar vir ainda mais Allemaens pa. a augmentação das Colonias Allemaens já existentes”. Apresentamos aqui apenas parte do documento, publicado na integra pelo autor na referida obra, que contém 30 artigos (o texto contém a escrita original da época):

Decreto e condições Pa.a augmentação de huma colonia Allemã

Nós D. Pedro I Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Vasto Imperio Brazil [...] temos determinado e decretado o que se segue. Devem-se convidar pa. a. Povoação e Cultura da terra, honrados e Valentes Paisanos e Artifices Allemaens pa. vi ao Brazil [...].

Artigo 1: [...] conceder os privilegios seguintes aos Allemaens, sendo q. profissão todos a Religião Cristãa.

Artigo 2:[...] Sua Magestade Se Digna pagar a Passagem daquelles homens que não tem Poses pa. isso, de munir durante a sua Viagem com os viveres necessarios etc.: mas que aquelles qe. vem a Custa do Erario Imperial devem servir ao estado quatro Annos, ou por terra ou por Mar, para aonde S.M.I. o julgar conveniente e os achar Capaz.

Artigo 4: Cada huma Familia segdo. O Numero de Pessoas, de que for composta, receberá em plena propriedade por concessões e sem pagar renda ou pensão alguma, huma determinada porção de terra; abrigo, instrumentos da lavoura e alem disso animaes, ou sejam Bois, Cavallos ou Machos de puxar, Vaccas, Ovelhas, Cabras e Porcos, pa. aproveitação e propagação; e pa. plantar e semear distribuir-se-lhes-há Trigo, feijoens, favas, Arroz, batatas, Milho, semente de Mamona p^a fazer azeite para Luzes, Linhaça, Semente de Canhamo, e sementes p^a outros pequenos Legumes; enfim receberão viveres em especie, ou em Dinheiro durante os dous primeiros Annos do seu estabelecimento [...].

Artigo 5: Sua Magestade Imperial se dignará de conceder à cada Colonos Alemão 160rs. por dia, e por Cabeça, pelo primeiro anno de sua habitação no Brasil, e 80 rs. pelo segundo [...].

Artigo 13: Todos os Allemaens [...] serão effectivamente logo que cheguem Naturalisados [...].

Artigo 16: [...] que todos os Colonos qe pagarão a sua Passagem são izemptos de todos os encargos pesoaes de 10 Annos desde o dia Ao [que cheguem] seu domicilio, com tambem de todos os impostos territoriais a saber, dizimos e etc.

Artigo 23: Qualquer Alemão que servio fielmente e sem interrupção 4 Annos por Mar por Terra, a exceção de Doenças, recebe junto à sua Baixa, hum terreno com seus competente Emolumentos, as quais forão concedidos aos Colonos Allemaens, que vierão a sua propria Custa ao Brazil [...].

Artigo 28: Cazo que hum ou outro Colono qe tem recebido de S.M.I. Terras, e outras n'este Decreto concedidas vantagens e privilegios, prefere, de voltar dentre os primeiros 20 Annos p^a a Europa, lho será permitido, mas não tem o direito de passar o terreno a hum outro, ou de fazer venda d'elle, mas sim que fica com todas as Bemfeitorias à Administração da Colonia [...].

Complementamos que o Governo Brasileiro estabeleceu que a “huma determinada porção de terra” descrita no artigo 4 seria de 160.000 braças quadradas, ou seja, pouco mais de 77 hectares de terra (220 x 3.520 metros). É bem verdade que nem todos os colonos receberam propriedades do mesmo tamanho, uma sucessão de medições mal feitas, e também mal intencionadas, deixou alguns colonos com um pouco mais e outros com um pouco menos.

O Rio Grande do Sul no início da imigração alemã

Quando os alemães chegaram ao Rio Grande do Sul a província possuía não mais de 100.000 habitantes distribuídos entre o planalto setentrional, o litoral, a depressão central e a campanha. A composição política datava de 1809. Nessa primeira divisão política, a província era dividida em quatro municípios: Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo, Rio Grande e Porto Alegre. O colono alemão ficaria localizado primeiramente apenas em Porto Alegre (São Leopoldo) e Santo Antônio (Três Forquilhas e Torres). Podemos desconsiderar Rio Pardo (São João das Missões) pelo simples fato de que este empreendimento fracassou por completo. Porto Alegre tinha então 10 mil habitantes e Rio Grande, quatro mil. Entre Torres e Santa Vitória do Palmar, o litoral, havia cerca de 24 mil habitantes, ou seja, vinte e dois por cento do total da província incluindo aí os habitantes de Rio Grande.

Os imigrantes chegados ao Brasil entre 1824-1826

Até o fim do ano de 1825, haviam chegado ao Brasil um total aproximado de 4.307 alemães em 14 transportes ocorridos entre janeiro de 1824 e outubro de 1825. Desses 1.034 foram destinados ao Rio Grande do Sul tendo o restante permanecido em outros locais do império, sendo a maioria destinada as tropas no Rio de Janeiro. No ano seguinte, 1826, mais sete navios com 2.072 alemães desembarcaram na Praia Grande. Nesse ano São Leopoldo recebeu 827 colonos em levas. São ao todo, no fim de 1826, 1.861 colonos que nesse primeiro estágio formaram a colônia alemã de São Leopoldo. Realizamos esse cálculo porque das famílias relatadas nas árvores genealógicas apresentadas depois vieram ao Brasil nessa época.

Fundação da colônia alemã de São Leopoldo

Os soldados que o governo imperial brasileiro necessitava ficavam no Rio de Janeiro e eram distribuídos de acordo com as suas características físicas nos Batalhões de Estrangeiros do exército. Os colonos e suas famílias eram enviados para Porto Alegre onde o governo provincial dava-lhes o destino final: a colônia alemã de São Leopoldo fundada no local onde se localizava a antiga “Real Feitoria do Linho Cânhamo”.

A Feitoria do Linho Cânhamo foi fundada em 1783, e estava inicialmente localizada no Rincão do Canguçu, em Pelotas. Inúmeros problemas, entre eles o próprio insucesso da colheita do linho cânhamo utilizado na fabricação de cordas, cabos e tecidos para a Marinha Imperial, fizeram com que a feitoria não prosperasse como pensou o governo português. Por intermédio do Cel. Rafael Pinto Bandeira o vice-rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza ordenou que a feitoria fosse levada aos “Faxinais do Courita”, nas margens do rio dos Sinos, em 1787. Sementes, escravos e tudo mais, foram embarcados e transportados para Porto Alegre e depois estabelecidos no local indicado por Rafael Pinto Bandeira. José Machado de Moraes Sarmiento, Padre Antônio Gonçalves da Cruz e José Manuel Antunes da Frota sucederam-se até julho de 1820 na inspetoria da Real Feitoria. Nesse ano assumiu o comando José Tomás de Lima o último inspetor da feitoria, que por causa da independência foi denominada “Imperial Feitoria do Linho Cânhamo”, e primeiro administrador da Colônia alemã de São Leopoldo. A Feitoria nunca rendeu o esperado e segundo Porto “40 anos se haviam escoado nessa tentativa sempre frustrada e sempre renovada, cada vez mais onerosa à Fazenda Pública”.

Em 31 de março de 1824 o então primeiro Presidente da Província José Feliciano Fernandes Pinheiro recebeu ordens do Rio de Janeiro para que fechasse a Feitoria e de que iniciasse os preparativos para a acomodação dos primeiros colonos alemães no local. E eles já estavam a caminho. Os primeiros colonos chegados na nova colônia de São Leopoldo vieram ao Brasil no transatlântico Anna Louise, chegado ao Rio em quatro de junho de 1824, e a Porto Alegre no bergantim São Joaquim Protector em 18 de julho. Durante algum tempo pensou-se que a data para a chegada desses 39 pioneiros ao passo da antiga feitoria fosse o dia 25 de julho, até hoje comemorado como se a verdadeira data fosse, mas o pesquisador gaúcho Carlos Henrique Hunsche provou que o dia correto é o dia 23 de julho de 1824.

Não queremos, pois não nossa intenção aqui, detalhar todos os entraves iniciais da fundação e administração da colônia, mas necessário faz-se dizer que desde o início foram muitos os problemas administrativos e com certeza o maior deles foi quanto a própria área a ser utilizada pelo governo para a distribuição dos lotes. Medições mal feitas e também mal intencionadas ocorreram desde o primeiro levantamento do local e persistiram por muito tempo. Fernandes Pinheiro, o futuro Visconde de São Leopoldo, é quem escreve depois da primeira medição, iniciada em agosto de 1824 e jurada em novembro do mesmo ano:

“Visitando a colônia de São Leopoldo nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1824 e prevendo sobre o arrancho e acomodação de novos colonos, corri toda a Fazenda, para assento da futura povoação e designei o lugar no rincão do Euzébio dando logo ordem ao inspetor que ali levantasse uma cruz. [...] Na minha ausência, durante o ministério, pode a intriga fazer desprezar o lugar que eu havia designado para a povoação e, contra todas as regras, foi fundar-se no lugar mais péssimo, de sorte que, em fevereiro de 1831 [...] tomando o rio algumas águas as chuvas, a metade da povoação já estava debaixo d'água”.

Estabelecida no lugar errado e com lotes irregulares, de qualquer forma, a colônia prosperou. Ainda em 1824 chegariam mais duas levas com mais 80 colonos e no ano seguinte chegariam ao passo da feitoria mais de mil colonos em oito levas. Até o ano de 1830 haviam chegado ao Rio Grande do Sul, em São Leopoldo, 4.838 imigrantes em 61 levas.

Fundação das colônias de Três Forquilhas e de S. Pedro de Alcântara

A ideia inicial de fundar também uma colônia no litoral, mas precisamente no Presídio das Torres, foi do presidente da província José F. Fernandes Pinheiro. Pinheiro já havia organizado a fundação da colônia de São Leopoldo e a colônia de São João das Missões, esta última que redundaria num fracasso completo. Como foi nomeado para ministro da Secretaria de Estado dos Negócios do Império em novembro de 1825 ele não pode concluir sua obra cabendo aos seus sucessores na presidência da província os Brigadeiros José Egídio Gordilho de Barbuda e Salvador José Maciel o andamento do projeto. Foi Gordilho de Barbuda quem recebeu a ordem do Rio de Janeiro, datada de junho 1826, para formar a nova colônia em Torres. Agindo depressa como ordenava a ordem vinda da capital Gordilho visitou a colônia de São Leopoldo em julho e na mesma época enviou ofício ao Comandante do Distrito das Torres Ten-Cel. Francisco de Paula Soares a quem confiou a direção da colônia. Iniciou-se então a seleção dos colonos que iriam formar a nova colônia. Foram escolhidas aquelas famílias que ainda não haviam recebido seus lotes, os solteiros, aqueles colonos que se achavam descontentes com a colônia de São Leopoldo e os que acabavam de chegar a Porto Alegre na sumaca Generosa. Paula Soares elaborou então duas listas nominais com o total de 422 pessoas (77 famílias e 33 solteiros).

Após alguns contratemplos, alguns colonos já esperavam em Porto Alegre desde setembro, e com a província já sob o comando de José Maciel, seguiram então todos em cinco iates em primeiro de novembro de 1826 com destino a nova colônia. Via Guaíba, Itapoã e Lagoa dos Patos chegaram a embocadura do rio Capivari onde continuaram a viagem por terra em carreta de bois. No dia 7 do mesmo mês chegaram, ao passo do rio Tramandaí e ao longo da praia andaram até as Torres, aonde chegaram no dia 17. Diferentemente de São

Leopoldo essa nova colônia teve uma característica diferente, foi dividida conforme o credo dos colonos. Ou seja, os 237 protestantes (evangélicos) foram estabelecidos nas margens do rio Três Forquilhas, por isso denominada colônia de Três Forquilhas, e os 184 católicos estabelecidos entre a lagoa do Morro do Forno e do Jacaré, que ficou conhecida como colônia de São Pedro de Alcântara. Como em São Leopoldo receberam os colonos os lotes de terras com 77 hectares, mesmo que para isso tiveram de esperar sete meses, visto terem recebidos seus lotes só em julho de 1827, ferramentas, animais domésticos, subsídios e isenção de impostos por dez anos.

Povoamento do Vale dos Sinos

No primeiro período da imigração (1824-1830) todo o Vale do Rio dos Sinos havia sido ocupado pelos imigrantes. Além de São Leopoldo haviam fundado Novo Hamburgo (“Hamburgerberg”), Campo Bom, Dois Irmãos (“Baumschneis”), Picada Berghan, hoje Bom Jardim (“Berghanerschenis”), Estancia Velha, Sapiranga (“Leonerhof”), Picada do Português depois Linha Hortêncio (“Portugiserschneis”), Linha Quatorze (“Vierzehn Kolonien”), Picada Quarenta e Oito (“Achtundvierziger Pikade”), Linha Café (“Kaffeescneis”), Linha Nova (“Neuschneis”), Linha Herval, Travessão do Herval e 14 Colônias. A partir de 1836 ocupam também terras ao leste de São Leopoldo como Taquara do Mundo Novo, fundada por Tristão Monteiro e Igreja (Kleinkirchen). Mais tarde após a Revolução Farroupilha novos núcleos alemães foram fundados estendendo a colonização alemã por quase todo o estado gaúcho.

Referências Bibliográficas

- HUNSCHE, Carlos H. O biênio 1824/25 da Imigração Alemã e Colonização no Rio Grande do Sul - Província de São Pedro. Porto Alegre: Nação, 1975.
- _____. O ano 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1977.
- _____ & ASTOLFI, Maria. *O quadriênio 1827-1830 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. 3 Volumes. Porto Alegre: Editora G&W, 2004.
- MORAES, Carlos de Souza. Feitoria do Linho Cânhamo. Porto Alegre: Editora Parlanda, 1994.
- MÜLLER, Elio Eugenio. *Três Forquilhas (1826-1899)*. 1.^a fase, a formação da Colônia. Curitiba: Editora Fonte, 1992.
- _____. *Três Forquilhas (1900-1949)*. 2.^a fase, do Império à República. Curitiba: Italprint Gráfica Editora Ltda, 1993.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- ROSA, Gilson Justino. *Imigrantes alemães 1824-1853 (Códice C-333)*. Porto Alegre: EST, 2005.
- TRESPACH, Rodrigo. *Passageiros no Kranich*. Porto Alegre: Alcance, 2007.
- _____. *Borger, Justin, Schmitt e outras famílias de origem germânica*. Florianópolis: Secco, 2010.